

Países devedores, problemas crônicos para os banqueiros

Linda Grant,
do Los Angeles Times

Na medida em que está ocorrendo uma escala nas taxas norte-americanas de juros e que o problema da dívida externa do Terceiro Mundo aumenta cada vez mais, existem sinais que indicam um cisma cada vez maior entre os banqueiros favoráveis a engolir de uma só vez o amargo remédio de uma dramática reestruturação dos empréstimos e os que insistem em continuar como sempre os seus negócios.

Entre estes últimos estão o Citicorp, o Chase Manhattan e o Manufactures Hanover, todos eles alegando que uma melhoria na economia mundial irá retirar os países devedores das recessões nas quais eles se encontram e permitir que eles façam normalmente os seus pagamentos de juros. Como observou William R. Rhodes, vice-presidente do Citicorp, por ocasião de um discurso: "Os problemas crônicos que estamos enfrentando agora irão diminuir gradualmente".

Liderando a procura para soluções mais novas, dizem os banqueiros, estão o Morgan Guaranty, o Bank of América, o Security Pacific e o Bankers Trust. "Existem poucas coisas na história do nosso ramo de atividades que formem um paralelo com esta crise", declarou o presidente da Security Pacific Corp, Eichard J. Flamson, perante uma reunião dos seus colegas. "As soluções que são necessárias não serão encontradas seguindo-se as fórmulas tradicionalmente utilizadas. As dimensões do desafio são sem precedentes e, por definição, isto significa que as respostas provavelmente também serão sem precedentes".

Paul A. Volcker, presidente da diretoria da Reserva Federal, Preston Martin, vice-presidente da Reserva Federal, Anthony Solomon, presidente do Banco da Reserva Federal em Nova Iorque, e o banqueiro de investimentos Félix Rohatyn também estão entre os que defendem uma solução a prazo mais longo.

Vários banqueiros, inclusive Samuel H. Armacost, presidente do Bank Of America, defendem um "teto" para as taxas de juros, que poderia proteger os países devedores contra o impacto causado pelas taxas de juros em elevação nos Estados Unidos. Quando as taxas de juros norte-americanas subissem além de um nível especificado, os devedores não teriam a obrigação de pagarem mais. Ao invés disto, os termos dos empréstimos seriam automaticamente prolongados.

Muitos bancos, no entanto, dizem que será necessário mais do que um "teto" para aliviar a crise da dívida. "O teto, que na minha opinião é inevitável, é apenas uma sugestão de menor monta", declarou um banqueiro que pediu para não ser identificado.

Em particular, altos funcionários de alguns dos principais bancos norte-americanos estão dizendo aos seus colegas europeus e asiáticos que uma reestruturação gigantesca da dívida latino-americana deverá ser realizada. Um tal esforço, afirmam eles, iria incluir quatro partes distintas:

— Quaisquer pagamentos efetuados pelos países devedores teriam de ser lançados como sendo pagamentos do principal e não de juros, diminuindo se desta maneira a quantia total devida.

— Os empréstimos, que na sua maior parte se estendem atualmente por dez anos, seriam prolongados para vinte ou trinta anos.

— A Argentina, o Brasil e o México — ou seja, os três principais países devedores da América Latina — necessitam de um período de alívio de cinco anos sem quaisquer pagamentos de juros ou do principal.

— Dinheiro novo terá de ser injetado nestes países de maneira que eles possam produzir, exportar e importar.

"Eu não tenho a menor dúvida de que haverá uma reestruturação fundamental", diz Geoffrey Heal, professor da Graduate Business School da Universidade Columbia. "Isto tanto poderá ocorrer como uma iniciativa política por parte dos bancos e dos países devedores, como também poderá vir como uma ação unilateral por parte dos países devedores. Estes grandes devedores têm uma força muito forte de pressão e eles realmente ainda nem começaram a se utilizar dela".

Apesar de muitos dos bancos norte-americanos terem construído reservas contra eventuais prejuízos em potencial, alguns analistas dizem que este pára-choques não é suficientemente grande, considerando-se os possíveis danos, caso um país declare-se incapaz de efetuar pagamentos.